

Desigualdades no Ideb: Uma Análise da Série Histórica de 2005 a 2019

Girlene Ribeiro de Jesus

Universidade de Brasília - UnB

girlene@unb.br

Francisco Augusto da Costa

Garcia

Universidade de Brasília - UnB

franciscoaugusto@gmail.com

Gizelle Alves Xavier dos Santos

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF

gizelle.xavier@edu.se.df.gov.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental, no contexto das desigualdades regionais, entre os anos de 2005 e 2019. Para tanto, foram utilizadas as planilhas do Ideb por região e unidade da federação disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em seu sítio. Por meio do Excel foram gerados gráficos comparativos da série histórica dos anos iniciais do ensino fundamental e calculados índices de regressão. Os resultados evidenciaram a desigualdade regional entre Norte e Nordeste frente as demais regiões do país. Também evidenciaram o destaque do estado do Ceará no Nordeste, com resultados superiores aos demais estados da região, assim como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com os menores resultados da região Sudeste e Sul, respectivamente. Dessa forma, conclui-se que, além da desigualdade regional evidenciada nos resultados do Ideb por região, também são encontradas desigualdades quando se compara alguns estados dentro de suas próprias regiões, o que indica que políticas educacionais estaduais provavelmente estão relacionadas com essas diferenças.

Palavras-chave: Ideb; Desigualdades regionais; Avaliação da educação básica.

1 Introdução

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, com valores disponíveis a partir de 2005, é um indicador educacional que relaciona em um só indicador informações sobre o rendimento escolar (aprovação) e sobre o desempenho (proficiência em língua portuguesa e matemática avaliadas por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb). O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil e sintetiza em um único índice dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: fluxo e aprendizado.

Segundo Fernandes e Gremaud (2009), o Ideb é composto pelo fluxo escolar e pelo resultado da Prova Brasil porque há a possibilidade de melhoria do fluxo escolar sem que, de fato, o desempenho dos alunos melhore, em outras palavras, poderia haver um efeito negativo de aprovações indiscriminadas. Por outro lado, se apenas os resultados nos exames padronizados fossem considerados, o incentivo seria o oposto, pois as escolas poderiam elevar o padrão de aprovação, fazendo com que boa parte dos estudantes abandonasse a escola antes de completar a educação básica, o que não é desejável. Dessa forma, o Ideb ficou composto pela multiplicação simples da proficiência média dos alunos da escola (N) pela taxa média de aprovação (P), a saber:

$$\text{IDEB} = N \cdot P$$

Fernandes e Gremaud (2009) indicam que o valor do Ideb para a educação brasileira igual a 6,0 foi estabelecido procurando-se ter como meta o valor que corresponde à média dos países membros da OCDE. Foi utilizada a ordenação dos alunos brasileiros no PISA e no SAEB e a ordenação dos alunos da OCDE no PISA. Tendo por suposto que os exames ordenam os alunos de forma similar, foi realizada a conversão das escalas. A escala do Ideb foi construída variando de 0 a 10.

A respeito da pertinência do Ideb, Neto (2010) enfatiza que o Ideb é um instrumento favorável para se obter o conhecimento da radiografia da educação básica. O indicador, em cada série histórica, além de indicar falhas, também aponta reflexões para as escolas sobre como as fragilidades podem ser corrigidas ao replanejar o fazer pedagógico. Ao ser administrado como parâmetro, acaba sendo um instrumento favorável para ações em prol da melhoria do espaço escolar.

Por sua vez, Saviani (2007) ressalta que o Ideb tem, indiscutivelmente, um caráter de política educacional, visando a busca de resoluções para problemas encontrados que influenciam na qualidade do ensino oferecido por escolas públicas do país. Não há dúvidas que o Ideb tem provocado discussões quanto os seus propósitos e relevância para a educação brasileira.

2 Objetivos

Visando contribuir com essa discussão, especialmente no que tange ao papel do Ideb como indutor de políticas públicas e como instrumento que direciona para reflexões sobre a qualidade da educação básica oferecida nas diferentes regiões do Brasil, o presente estudo se propõe a analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental, no contexto das

desigualdades regionais, entre os anos de 2005 e 2019. Pretende-se responder as seguintes questões:

- 1) Quais estados se destacaram em função da média regional, ou, de outra forma, os que mais se distanciaram da média, para cima ou para baixo, em função da média regional?
- 2) Quais regiões apresentam características semelhantes em função dos resultados do Ideb?

3 Metodologia

Para o nosso trabalho, utilizamos as planilhas do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental, de 2005 a 2019, organizadas por região e unidade da federação, disponibilizadas pelo Inep, no seu sítio: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>.

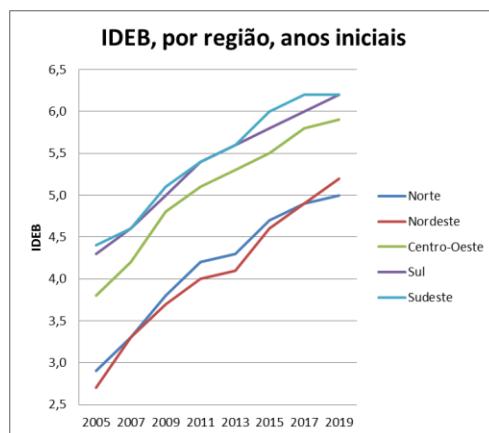
Tomamos, então, os dados dos anos iniciais do ensino fundamental, rede pública municipal de ensino, de 2005 a 2019.

Os gráficos gerados apresentam visualmente os resultados do Ideb por estado e por região, de 2005 a 2019.

4 Resultados e discussão

A Figura 1 mostra os resultados do Ideb, por região, para os anos iniciais do ensino fundamental, escolas públicas, de 2005 a 2019. Observa-se claramente uma semelhança dos valores e da taxa de crescimento das curvas do Norte e Nordeste, por um lado, e do Sul e Sudeste, por outro. A curva do Centro-oeste tem uma taxa de crescimento semelhante a todas as regiões, com valor médio um pouco menor do que as curvas do Sul e do Sudeste.

Figura 1: Comparação do Ideb dos anos iniciais, por região (2005 a 2019)

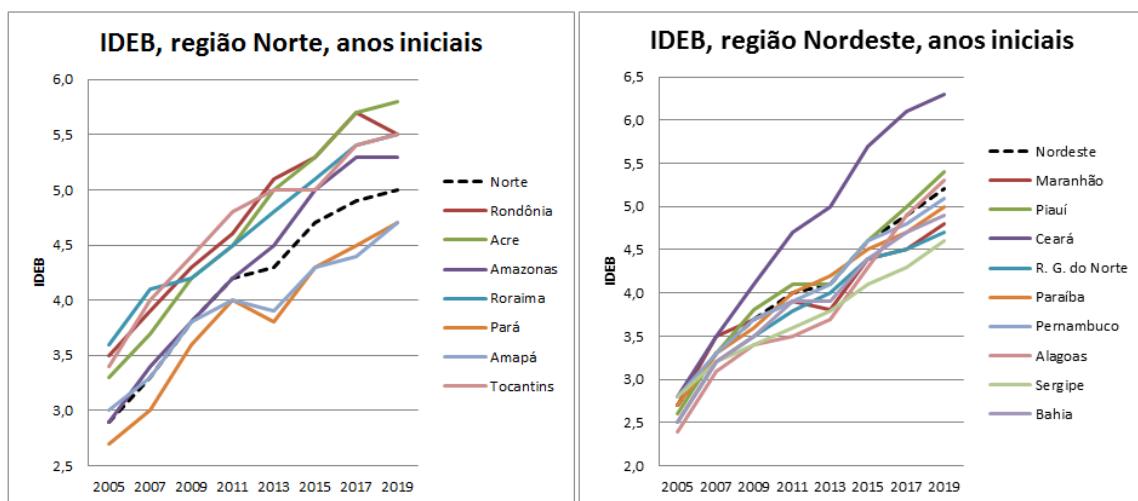


A média dos percentuais das diferenças do Ideb, tomadas para cada ano observado, das curvas Norte e Nordeste, é de cerca de 2%. Por outro lado, a média dos percentuais das diferenças do Ideb, tomadas para cada ano observado, das curvas do Norte e Centro-oeste, é de cerca de 20%. Já a média dos percentuais das diferenças do Ideb, das curvas do Centro-oeste com o Sul, é de cerca de 6%. A

média dos percentuais das diferenças do Ideb, das curvas do Sul e Sudeste é de cerca de 1%. Esses resultados corroboram com as desigualdades regionais que existem entre o Norte e Nordeste do país em relação às demais regiões.

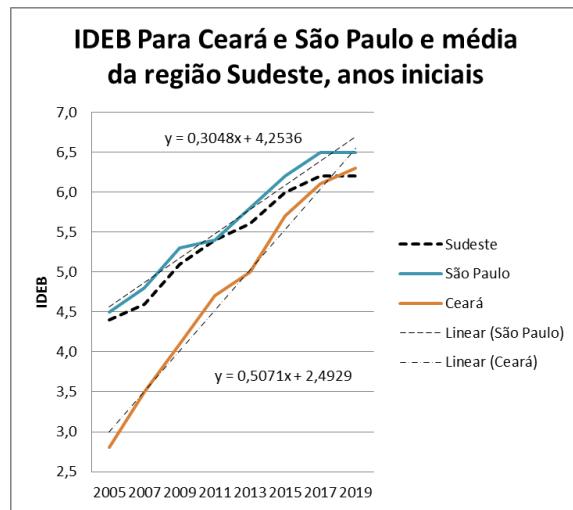
A Figura 2 mostra os resultados do Ideb, anos iniciais, para as regiões Norte e Nordeste. Como se pode verificar, no Norte, a maioria dos estados apresenta resultados superiores à média regional, enquanto apenas dois estados apresentam resultados abaixo da média regional, com destaque para o Pará, que apresenta os menores resultados desde 2005, quase empatando com o Amapá a partir de 2011. O Amapá tem resultados semelhantes ao Amazonas entre 2005 e 2009, quando o Amazonas mantém um Ideb crescente, se descolando da média regional, e o Amapá apresenta crescimento do Ideb com uma menor taxa, se aproximando da curva do Pará a partir de 2011. Ultima observação interessante é o último resultado do Ideb para Rondônia, em 2019, com valor inferior ao de 2017. Esse comportamento não aparece em nenhum estado dessa região que figura com Ideb acima da média regional.

Figura 2: Comparação do Ideb, anos iniciais, por UF, nas regiões Norte e Nordeste



Para a região Nordeste, a maioria dos estados apresenta resultado inferior à média regional, restando em evidência apenas um estado que puxa a média regional para cima, de maneira desproporcional aos outros estados da região, que é o Ceará. Em 2005, o comportamento de todos os estados era bastante equilibrado, com Ideb entre 2,4 e 3,0. Em 2007, Maranhão e Ceará ainda estão juntos, e a partir de 2009 o Ceará já apresenta uma taxa de crescimento do Ideb bastante superior à taxa de crescimento do Ideb dos outros estados da região. Quando comparamos, por exemplo, a taxa de crescimento do Ideb do Ceará com a taxa de crescimento do Ideb de São Paulo, fica ainda mais impressionante a desigualdade provocada pelo Ideb do Ceará no Nordeste, como pode ser visto na próxima figura.

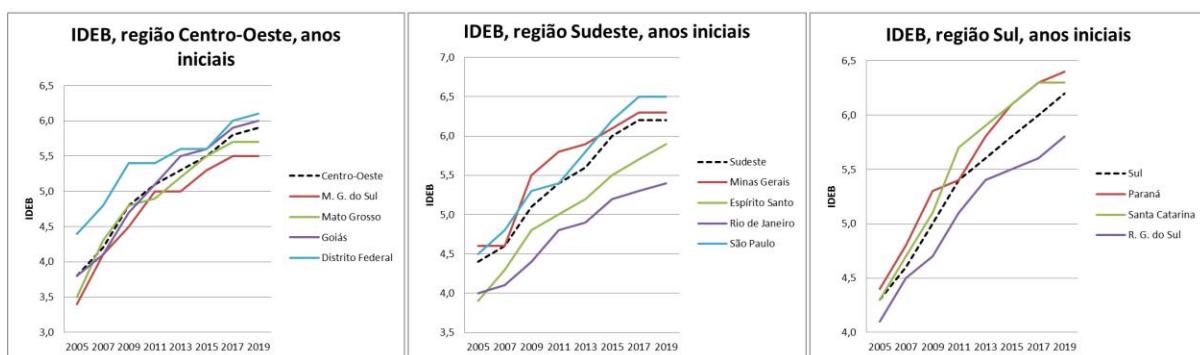
Figura 3: Comparação da taxa de crescimento do Ideb do Ceará com São Paulo e Sudeste (Anos iniciais – de 2005 a 2019)



A partir de uma regressão linear dos dados de São Paulo e do Ceará, na Figura 3, observamos que a taxa de crescimento do Ideb de São Paulo é de 0,3048, enquanto a taxa de crescimento do Ideb do Ceará é de 0,5071, o que levaria à equiparação de resultados entre os estados já no próximo ciclo avaliativo, caso as condições permaneçam iguais.

A Figura 4 mostra os resultados do Ideb, para as regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul. Chama a atenção no Centro-oeste o Distrito Federal, que se destaca na região até 2001, mas a partir de 2003 regide em sua taxa de crescimento. Na região Sudeste é relevante observar o estado do Rio de Janeiro, que se mantém com os resultados mais baixos da região ao longo de praticamente toda a série histórica. O mesmo ocorre com o estado do Rio Grande do Sul, na região Sul, que se mantém com os resultados mais baixos da região ao longo de toda a série histórica analisada.

Figura 4: Comparação dos resultados do Ideb por UF dentro das regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul (Anos iniciais – de 2005 a 2019)



5 Conclusões e Considerações Finais

Os resultados apresentados nesse estudo ratificam uma realidade que já é bem conhecida no Brasil, que é o cenário das desigualdades regionais. Esta realidade também está presente na área da educação. Além disso, chamaram

atenção nesse estudo as desigualdades identificadas entre os estados, dentro das regiões.

O estado do Ceará, com uma curva de crescimento diferenciada dentro da região Nordeste, foi um resultado que chamou a atenção neste estudo. Ao buscar na literatura estudos que possivelmente pudessem trazer contribuições ou possíveis explicações para o caso do Ceará, encontramos um estudo realizado por Gramani (2017), que encontrou, desde 2007, o estado do Ceará com melhoria significativa em seus resultados educacionais nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo superado, inclusive, as metas estabelecidas pelo governo. No referido estudo, a autora tentou identificar os determinantes de eficiência que levaram o Ceará a melhorar seus resultados e variáveis como: gasto *per capita* e educação materna foram identificados como alguns dos determinantes. Ao estudar sobre esse tema, Naspolini (2001), por sua vez, aponta iniciativas na área da gestão que têm levado aos bons resultados educacionais do Ceará.

Os resultados abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, nos últimos ciclos avaliativos para o Rio de Janeiro, na região Sudeste, e pra o Rio Grande do Sul, ratificam as dificuldades desses dois estados dentro das suas respectivas regiões. As políticas educacionais desses dois estados, bem como as dificuldades financeiras enfrentadas por ambos, provavelmente têm relação com a gestão educacional e os resultados nas avaliações.

Frente ao exposto, conclui-se que, além da desigualdade regional evidenciada nos resultados do Ideb por região, também são encontradas desigualdades quando se compara alguns estados dentro de suas próprias regiões, o que indica que políticas educacionais estaduais provavelmente estão relacionadas com essas diferenças.

6 Referências

FERNANDES, R. & GREMAUD, A. P. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R. & GIAMBIAGI, F. (Org.). *Educação básica no Brasil – construindo o país do futuro*, pp. 213-238. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GRAMANI, M. C. Análise dos determinantes de eficiência educacional do estado do Ceará. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.* 25 (95), p. 507-526, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500811>.

NASPOLINI, A. A reforma da educação básica no Ceará. *Estud. av.* 15 (42), 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200006>

NETO, J. L. H. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, 2010.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, 2007. 28(100), pp.1231-1255. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em: 21 de maio de 2012.